

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 8.045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADO.

## **PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010**

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado João Campos

### **EMENDA MODIFICATIVA Nº**

Dê-se nova redação ao artigo 440 do projeto de lei:

*Art. 440. As partes poderão também arguir como impedidos ou suspeitos os peritos e os intérpretes, decidindo o juiz de plano e sem recurso, à vista da matéria alegada e da prova imediata."*

.....(NR)

### **JUSTIFICAÇÃO**

É princípio basilar de hermenêutica jurídica aquele segundo o qual a lei não contém palavras inúteis. Ou seja, as palavras devem ser compreendidas como tendo alguma eficácia. Não se presumem, na lei, palavras inúteis. Os dispositivos legais devem conter texto claro e conciso, eliminando conteúdo inútil ou redundante.

A presente emenda visa a adequar a redação do art. 440, eliminando do caput o termo "e os demais responsáveis pela prova pericial", por não ter nenhuma utilidade ou significado. Ora, no âmbito do processo penal os

responsáveis pela produção da prova pericial são os peritos, sujeitos à disciplina judiciária e constantes do rol de possíveis suspeições.

Dessa forma o citado termo é *despiciendo*, podendo ser retirado sem ocasionar mácula ao sentido e aplicação da norma, na forma da emenda apresentada.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovar a presente emenda.

Sala das Comissões, em        de        de 2016.

**Deputado LINCOLN PORTELA**  
**PRB-MG**